



# Brito & Sukiennik

Advogados Associados

Ano II Edição nº 021 Brasília, fevereiro de 2010

## Notícias do Escritório

- Sukiennik toma posse na Comissão de Sociedades de Advogados da OAB/DF

### América do Sul - Política

- Pampuro novamente à frente do Parlamento do Mercosul

### Comércio Exterior

- Importação e substituição tributária
- Países africanos querem realizar mesa-redonda para discutir comércio com o DF

## Meio Ambiente

- STJ mantém decisão que pune usina paulista por crime ambiental
- GDF Suez compra crédito de carbono no país
- Agência ambiental dos EUA coloca álcool de cana em lista de biocombustíveis avançados

## Judiciais

- Cidadão israelense vai ter que deixar o Brasil

### Brazilian Issues

- Who Is Brazil Catering to in Approving Bayer's New Controversial Rice?

## Sukiennik toma posse na Comissão de Sociedades de Advogados da OAB/DF

O sócio Bernardo Pablo Sukiennik tomou posse como membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal, no dia 11 de fevereiro, às 19h, na sala da presidência, na sede da OAB/DF.

A comissão pretende atuar, principalmente, no sentido de pugnar pelo aprimoramento técnico-cultural e propor, ao Conselho Seccional e Federal, as medidas necessárias ao exercício profissional pelas sociedades de advogados. Também a pressão vinda dos Estados Unidos e Inglaterra para a abertura do mercado jurídico brasileiro estará na pauta da comissão. “Cabe à OAB estudar os impactos da globalização dos serviços jurídicos e propor a melhor maneira de inserção internacional dos escritórios nacionais. O futuro da advocacia brasileira dependerá das decisões que sejam tomadas hoje”, disse Sukiennik.

## Pampuro novamente à frente do Parlamento do Mercosul

O senador argentino José Pampuro assumiu pela segunda vez como Presidente do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) durante uma cerimônia que aconteceu no Senado da Nação onde se comprometeu a “trabalhar com força” para que o Mercado Comum seja um espaço regional “mais amplo e participativo”.

Pampuro, quem exerce a presidência provisional do Senado nacional, reforçou que ao Parlamento conformado por legisladores da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai se lhe somará proximamente de forma definitiva parlamentares da Venezuela, fato que considerou “muito importante”.

No ato, que ocorreu neste meio-dia [02/02/2010] no Congresso, estiveram presentes delegações de Parlamentares do Brasil, Uruguai e Paraguai encabeçadas respectivamente pelos deputados Aloizio Mercadante, Juan José Dominguez –que esteve à frente do Parlamento até hoje- e Ignacio Mendoza.

O bonaerense Pampuro conduzirá os destinos do Parlamento do bloco nos próximos seis meses pela segunda vez nos últimos anos já que anteriormente exerceu o mesmo cargo no primeiro semestre de 2008.

Fonte: PARLAMENTO DO MERCOSUL. Pampuro novamente à frente do Parlamento do Mercosul. **Site oficial do Parlamento do Mercosul.** Montevideu, fev. 2010. Disponível em:

[http://www.parlamentodelmercosur.org/index1\\_portugues.asp](http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp)

As operações de importação vão além do já complicado processo de aplicação do sistema fiscal e tributário tradicional. Quem atua no setor sabe que, mais do que lidar com prazos de pagamentos e documentos fiscais, muitas vezes é preciso buscar outros caminhos para reduzir os custos, sem que isso acarrete em infrações e multas.

As importações podem ser realizadas por conta própria, por conta e ordem ou por encomenda. No primeiro caso, o importador é o responsável por toda a operação para trazer a mercadoria do exterior para o País. Na segunda opção, o importador realiza toda a importação para seu cliente. E no último caso, o encomendante contrata uma empresa importadora.

Um recurso bastante utilizado, principalmente por empresas instaladas em São Paulo, são as chamadas operações fundapianas e que têm gerado diversas discussões nas esferas judiciais. Nesse sistema, a importação é feita por intermédio de uma trade localizada no Espírito Santo, onde a incidência de alíquota de ICMS é menor, de 12%, enquanto a média dos outros Estados brasileiros é de 18%. Além do fato do ICMS devido no Estado capixaba ser financiado pelo banco estadual, sendo concedido benefício fiscal para os estabelecimentos situados naquela unidade da federação.

A trade é como se fosse o despachante da operação, cuida da questão formal da importação, do desembarço e do despacho. Ela é a importadora jurídica. Já a empresa que contrata seu serviço passa a ser a importadora física e, dessa forma, só precisa se preocupar em fechar o câmbio e o contrato com a pessoa jurídica estrangeira que pretende exportar seu produto para o Brasil.

Nas operações do Sistema Fundap - Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias, criado pela Lei nº 2.509, de 1970, os custos operacionais e portuários são mais baixos na comparação com os demais portos do país. O mecanismo foi criado pelo governo do Espírito Santo para incentivar empresas que realizam operações de importação pelos portos capixabas.

O que a Justiça está em vias de decidir é em qual Estado da federação deve ser recolhido o ICMS, se ele incide sobre o destinatário jurídico, no caso a trade do Espírito Santo, ou sobre o físico, que é a empresa que vai importar o produto. O tema tem causado divergências, já que algumas câmaras julgadoras entendem que o imposto é devido pela importadora ou pelo destinatário físico da mercadoria, e outras defendem que cabe ao responsável pela importação recolher o ICMS.

Importante salientar que o Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu, sob a relatoria do ministro Joaquim Barbosa, que o ICMS-importação deve ser recolhido ao Estado em que se situa o importador, independentemente se a mercadoria foi desembarçada em Santos e entregue a estabelecimento paulista. Porém, não foram analisadas as questões de importação por conta e ordem.

Enquanto a decisão não sai, o governo paulista deixa de recolher parte do ICMS de empresas que optam pelas chamadas operações fundapianas. O produto importado que chega pelo Espírito Santo recolhe uma alíquota de 6%, sendo que o valor é deduzido do ICMS interestadual de 12%, cobrado quando o produto entra no Estado de São Paulo. Se a importação fosse feita pelo Porto de Santos, a alíquota seria ainda maior, de 18%.

Nos últimos anos, diversas iniciativas têm sido adotadas para estimular o desenvolvimento do Norte e do Nordeste do Brasil. Exemplo disso foi a adoção de uma alíquota inferior de ICMS, de 7%, cobrada quando um produto entra em qualquer um dos Estados dessas duas regiões, durante as operações feitas no mercado interno, contra os 12% cobrados quando a mercadoria vem de lá para outros Estados.

São Paulo também adotou uma série de medidas para reduzir os custos de empresas instaladas em municípios paulistas, boa parte delas setorializadas, como o benefício da carne, que estipulou alíquota zero para o produto comprado nos frigoríficos do Estado. Já quem compra a carne em outra unidade da federação arca com a alíquota de 12%.

Outros incentivos adotados pelo governo paulista foram a alíquota de 7% do ICMS para produtos da cesta básica e bens de informática, além do regime especial de tributação para as micro e pequenas empresas. O Estado ainda criou um programa de incentivos para empresas que se instalarem em parques tecnológicos, que prevê a utilização dos créditos acumulados do ICMS apropriados até 30 de novembro de 2010. Essas empresas podem ainda deferir o imposto para o pagamento de bens ou mercadorias utilizadas nos projetos

de investimento e no pagamento do ICMS relativo à importação de bens destinados ao seu ativo imobilizado.

Mas talvez a ação de maior destaque tenha sido a implantação da substituição tributária, pois ela acaba com o sonegador fiscal e com a concorrência desleal, ao colocar todos os contribuintes no mesmo patamar de competitividade. Nesse sistema, a indústria é a responsável pelo recolhimento de todo o ICMS devido na cadeia daquele produto, o que garante para o bom pagador que o seu concorrente não vai sonegar, já que teve o seu imposto recolhido na saída da fábrica.

O modelo de substituição tributária foi implementado depois que se constatou que os fabricantes vendiam seus produtos a milhares de distribuidores e revendedores, sendo que esses últimos sonegavam o ICMS. Tributar os fabricantes, que são em menor quantidade, facilita a fiscalização e impede a concorrência desleal entre os contribuintes que recolhem e os que não recolhem regularmente seus tributos.

Medidas como essas mostram que o Estado que abriga o maior parque industrial do país ainda possui atrativos que fazem com que muitas empresas permaneçam instaladas nos municípios paulistas, em especial na cidade de São Paulo, apesar de usufruírem, em alguns casos, dos incentivos oferecidos em outras unidades da federação.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Importação e substituição tributária. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, fev. 2010. Disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=666088](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=666088)

### Países africanos querem realizar mesa-redonda para discutir comércio com o DF

Os países africanos querem mostrar aos empresários do Distrito Federal que a África pode ser um importante mercado não apenas para produtos primários mas também para semimanufaturados exportados pelo DF.

Foi com este objetivo que o professor senegalês Mansour Drame, há onze anos radicado em Brasília, procurou a Fibra para propor a realização de uma mesa-redonda reunindo os embaixadores dos países africanos acreditados junto ao governo brasileiro e empresários brasilienses de todos os setores interessados em aproveitar as múltiplas oportunidades de negócios existentes no continente africano.

Administrador de empresas e professor da Unisaber, uma faculdade da Ceilândia, Mansour Drame tem estreitas relações com os embaixadores africanos em Brasília e segundo ele os empresários do DF ainda não descobriram a África como importante parceiro para negócios: "nossos países importam produtos do agronegócio, equipamentos para os setores da saúde e educação, tecnologia agrícola e para o setor da construção civil, entre outros. Temos um imenso mercado para os alimentos, assim como excelentes oportunidades de intercâmbio turístico. Diversos desses produtos poderiam estar sendo exportados para a África pelos empresários brasilienses, mas isso não acontece por absoluto desconhecimento da realidade africana e também pela falta de interesse em realizar prospecção de negócios no continente".

Mansour Drame acredita que a Fibra poderá ser um parceiro de grande importância nos esforços visando alavancar o comércio entre o DF e a África: "fiz um primeiro contato com o Centro Internacional de Negócios, onde fui recebido por Roberta Cardoso Lima, que mostrou grande interesse em levar o assunto à presidência da Federação das Indústrias. Agora espero que a Fibra se associe à minha idéia de promover, no curto prazo, um encontro dos embaixadores africanos com um grupo expressivo de empresários brasilienses para uma troca de informações e estabelecimento de relações que certamente resultarão em bons negócios para ambas as partes. Solicitei uma audiência com o presidente Antonio Rocha e espero que ela aconteça em breve, pois não podemos perder mais tempo".

Na opinião do professor Mansour Drame, "o que falta é principalmente conhecimento recíproco e, sobretudo, mais agressividade e interesse do empresariado brasiliense. Veja um exemplo: recentemente fui incumbido de encontrar uma empresa brasileira, e poderia ter sido uma companhia do DF, que se interessasse por um projeto no valor de 400 milhões de euros para a construção de um grande número de residências e prédios de apartamentos na Costa do Marfim. Para concretizar o negócio era necessário obter de um banco brasileiro uma fiança bancária. Fiz todos os contatos possíveis e sei que instituições como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e bancos como o HSBC poderiam fornecer esses instrumentos garantidores, mas ninguém se interessou. Na falta de garantias, construtoras brasileiras perderam um negócio desse vulto e o contrato acabou sendo fechado por uma empresa francesa, que não enfrentou esse tipo de dificuldade. Este é apenas um, e emblemático, exemplo dos múltiplos negócios que deixam de ser realizados por desinteresse ou excesso de burocracia".

Segundo Mansour, todos os embaixadores africanos residentes em Brasília (24 no total) se interessarão em participar da mesa-redonda caso o evento venha a ser organizado pela Fibra: "as autoridades e empresários de Brasília precisam se aproveitar do fato de que a cidade é a sede do governo e abriga todas as embaixadas e os organismos internacionais aqui acreditados e isso facilita os contatos, pois não é necessário nenhum deslocamento. Posso assegurar que o embaixador do meu país, o Senegal, Fodé Seck, vê a ideia com grande simpatia e vai se empenhar para que seus colegas prestigiem o evento. Afinal, todos eles acreditam que não há motivo para persistir o quadro atual em que o comércio entre o DF e a África é praticamente nulo".

### **DF ainda não descobriu a África**

A verdade é que o Distrito Federal ainda não tomou nenhuma iniciativa visando inserir a África no radar de seu comércio internacional. E os números são realmente desanimadores. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2009, nenhum país africano figurou entre os 15 maiores países clientes do DF no exterior.

Em termos de exportações pelo DF, Angola foi o primeiro país a aparecer na relação, ocupando um modesto décimo-sexto lugar, com importações de produtos brasileiros de pouco mais de US\$ 1,4 milhão. Outros países africanos, Moçambique e Mauritânia ocuparam, respectivamente, o vigésimo-terceiro e vigésimo-sexto postos no ranking dos principais clientes do DF no exterior. Ano passado, Moçambique importou do DF pouco mais de US\$ 572 mil e a Mauritânia adquiriu apenas US\$ 226 mil em produtos brasileiros.

No que diz respeito às exportações africanas, o panorama é ainda muito mais desolador: ano passado, nenhum país africano apareceu na relação dos 30 principais exportadores para o Distrito Federal.

Para o professor Mansour Drame, esse é um panorama que pode ser modificado. E, em sua opinião, o encontro dos embaixadores com os empresários locais pode ser o primeiro passo nessa direção: "este será, sem dúvida, um passo importante. Na sequência poderão ser organizadas missões empresariais do DF aos países africanos. Ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou mais uma visita ao continente africano e esteve acompanhado por uma comitiva de mais de 200 empresários de todo o país, do DF inclusive. Falou-se muito de negócios, mas pouco se concretizou. No caso específico do Distrito Federal, nada aconteceu. Falta dar continuidade aos contatos, transformar intenções em negócios concretos".

Fonte: COMEX-DF. Países africanos querem realizar mesa-redonda para discutir comércio com o DF. **Site da COMEX-DF**. Brasília, jan. 2010. Disponível em: [http://www.comex-df.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1254:países-africanos-querem-realizar-mesa-redonda-para-discutir-comercio-com-o-df&catid=75:balanca-comercial-do-df](http://www.comex-df.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1254:países-africanos-querem-realizar-mesa-redonda-para-discutir-comercio-com-o-df&catid=75:balanca-comercial-do-df)

### **STJ mantém decisão que pune usina paulista por crime ambiental**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de liminar em uma medida cautelar apresentada pela Usina Santo Antonio S/A, de São Paulo, que tinha como objetivo suspender decisão na qual a empresa foi condenada à recuperação de reserva florestal onde houve dano ambiental. A empresa alegava que as medidas impostas na condenação seriam extremamente onerosas, totalizando mais de R\$ 1 milhão para sua implementação.

Em ação civil pública, movida pelo Ministério Público paulista, os proprietários da Usina Santo Antonio foram condenados a medir, demarcar e averbar reserva florestal de no mínimo 20% da área onde houve o crime ambiental. E, dessa forma, recompor a cobertura florestal do trecho, com o plantio de espécies nativas da região. Também foi imposta à empresa a obrigação de elaborar projeto de reflorestamento completo, incluindo cronograma de obras e serviços.

Por último, a usina deve abster-se de explorar a área, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, além de não receber incentivos fiscais e financiamentos de bancos públicos e privados enquanto não cumprir as medidas impostas judicialmente.

A defesa alegou que essas obrigações teriam caráter irreversível e acarretariam "sério impacto na atividade produtiva da Usina". De acordo com a argumentação apresentada, tais medidas teriam sido impostas sob pena de graves sanções, sem que algumas delas – como a proibição a financiamentos de bancos privados – tenham amparo legal.

Ao negar o pedido, o presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, afirmou que, no caso, não se verificou o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, não constando dos autos determinação judicial de imediato cumprimento da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ mantém decisão que pune usina paulista por crime ambiental. **Página Oficial do STJ**. Brasília, jan. 2010. Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95572](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95572)

### GDF Suez compra crédito de carbono no país

A GDF Suez, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, fechou a compra de R\$ 23 milhões em créditos de carbono com a Cia. Energética Rio das Antas (Ceran). Trata-se da maior operação do gênero do grupo europeu na América Latina e sinaliza o início de investidas neste caminho no Brasil.

A aquisição envolve um total de 900 mil Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) de CO<sub>2</sub> que serão gerados pela hidrelétrica 14 de Julho da Ceran, de 100 MW, localizada no Rio das Antas, no Rio Grande do Sul. Isto equivale às emissões de um ano de 300 mil carros populares, ou quase a metade da frota atual de Porto Alegre.

Trata-se de uma operação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o MDL, previsto no Protocolo de Kyoto. O MDL prevê que emissões produzidas em países industrializados, que têm obrigações de cortes, possam ser compensadas em países em desenvolvimento, sem este tipo de compromisso. A empresa está compensando emissões feitas em solo europeu. Em termos estratégicos, é uma sinalização do interesse em operações do gênero do grupo no Brasil. "São projetos de maturação lenta, mas vamos investir mais nisso", aponta Maurício Bahr, presidente da GDF Suez no Brasil.

Ele aposta que este é o caminho, mesmo com a falta de definições e avanços na conferência do clima de Copenhague, em dezembro de 2009. "Mais definições no que vai acontecer depois de 2012 influenciariam diretamente os investimentos em uma matriz mais limpa", diz o executivo. "Se tivéssemos mecanismos claros de estímulos, com certeza teríamos consequências positivas." Os preços do carbono caíram para € 11,50 depois de Copenhague. No início de dezembro a tonelada de carbono equivalente custava entre €12,50 e € 13.

Esta é a segunda operação do tipo da Ceran, empresa da CPFL -Geração de Energia S.A. No projeto da empresa, aprovado pela comissão ligada às Nações Unidas, justifica-se que as três usinas da companhia têm impacto ambiental baixo, com lagos pequenos, e emitem muito menos do que qualquer outra térmica que gerasse o mesmo volume de energia.

Na Europa, a GDF Suez é a segunda maior operadora de rede de transmissão e distribuição de gás. O Comércio Europeu de Emissões determina 30% nos cortes de emissão das empresas do setor elétrico entre 2008 e 2012, quando vigora o primeiro período do Protocolo de Kyoto. "O setor que tem a maior meta de redução é o de energia, nos outros, a meta é quase zero", diz Philipp Hauser, gerente de crédito de carbono da GDF Suez América Latina. Fabricantes de cimento, papel, celulose e metais europeus têm metas de corte muito menores. "A lógica é que se uma siderúrgica tiver que cumprir metas também, talvez não consiga ser competitiva com chineses ou brasileiros", explica Hauser. Além de evitar o impacto econômico, a regra procura impedir que empresas migrem para países com menos restrições. "Como a energia não pode ser importada, o ônus recai sobre o setor elétrico", diz.

Em 2008, as emissões diretas de gases-estufa do grupo GDF-Suez foram de 102 milhões de toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>. No Brasil a GDF Suez controla a Tractebel Energia, a maior geradora privada de eletricidade com 7.500 MW instalados em 19 usinas hidrelétricas, térmicas, de biomassa e eólicas. Responde por 7% da produção de energia no Brasil.

"O grupo vê o Brasil como um bom potencial de geração de energia renovável e a possibilidade de melhorar nosso mix", diz Bahr. "No futuro devemos trabalhar o campo renovável com mais amplitude." A GDF-Suez têm planos de investir em usinas de biomassa e eólica, além de hidrelétricas como Estreito, no Maranhão.

Na semana passada, o conglomerado de energia, que tem capacidade instalada de 60 mil MW, recebeu um golpe em sua imagem ambiental. A companhia participa da construção da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, e detém o controle da Energia Sustentável do Brasil que venceu o leilão de concessão. A GDF Suez ficou em segundo lugar no prêmio Public Eye Awards que elege companhias tidas por ambientalistas como

problemáticas nos quesitos social e ambiental. A votação aconteceu em janeiro, pela internet. A empresa, em comunicado à imprensa, respondeu que 100% de suas hidrelétricas em operação no Brasil são certificadas e que está implementando os 32 programas socioeconômicos e físico-bióticos previstos no processo de licenciamento ambiental de Jirau.

Fonte: CERPH. GDF Suez compra crédito de carbono no país Universidade não pode criar. **Página Oficial do CERPH**. Brasília, jan. 2010. Disponível em: <http://www.cerpch.unifei.edu.br/not01.php?id=3896>

### Agência ambiental dos EUA coloca álcool de cana em lista de biocombustíveis avançados

A EPA (Agência de Proteção Ambiental americana) anunciou nesta quarta-feira [03/02/2010] que o álcool produzido a partir da cana de açúcar --que responde por quase a totalidade do biocombustível produzido no Brasil-- faz parte da lista de "biocombustíveis avançados".

A entrada na lista ocorreu na revisão da regulação do Programa Nacional de Combustíveis Renováveis, também conhecido pela sigla RFS. A mudança deverá abrir portas para a exportação do álcool brasileiro para os EUA, desde que os exportadores se adequem aos requerimentos previstos no programa.

O regulamento prevê que o país consuma ao menos 12,95 bilhões de galões (49 bilhões de litros) de biocombustíveis neste ano, com crescimento para até 36 bilhões de galões (136,3 bilhões de litros) em 2022. Destes 136,3 bilhões de litros, 79,5 bilhões terão que ser de "combustíveis avançados".

Além do álcool de cana-de-açúcar, a EPA também considerou como "biocombustíveis avançados" o etanol de milho --desde que use novas tecnologias que aumentem a eficiência--, o de soja e os feitos com base em resíduos de graxa, óleos e gorduras.

Sobre o álcool de cana-de-açúcar, a agência ambiental americana informou que ela produz menos de 50% dos poluentes emitidos pela gasolina, o que era um dos critérios para que fosse considerado "avançado".

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Agência ambiental dos EUA coloca álcool de cana em lista de biocombustíveis avançados. **Página Oficial da Folha de São Paulo**. São Paulo, fev. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u689044.shtml>

### Cidadão israelense vai ter que deixar o Brasil

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, negou seguimento ao pedido de um cidadão israelense para que pudesse ingressar no Brasil, com documentação legal, por 90 dias, prazo necessário para requerer o visto permanente.

No caso, o cidadão israelense alega ser casado com uma brasileira há mais de três anos, fato que teria sido totalmente desconsiderado pela Superintendência da Polícia Federal que exigiu o seu retorno ao país de origem, no caso, a Argentina.

No STJ, a defesa procurou atestar, através de sua certidão de casamento, a união familiar e o seu vínculo. Além disso, destacou que o israelense não responde a nenhum processo civil ou criminal em território brasileiro.

Ao decidir, o ministro Cesar Rocha ressaltou que não compete ao STJ julgar o mandado de segurança contra a PF. "O disposto no artigo 105, inciso I, alínea b, da Constituição Federal, confere competência a esta Corte apenas para julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal", assinalou.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Cidadão israelense vai ter que deixar o Brasil. **Página Oficial do STJ**. Brasília, jan. 2010. Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95721](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95721)

### Who Is Brazil Catering to in Approving Bayer's New Controversial Rice?

Rice baglt is possible that Brazil may win a sad new title in 2010: the first country in the world to license the commercial planting of a new variety of genetically-modified rice, Bayer's LL62. If CTNBio (National Technical Commission on Biosecurity) approves the proposal at a meeting later this month, the rice will be the 20th genetically-modified product grown commercially in the country.

CTNBio has maintained a steady flow of approval of GMO (genetically-modified organisms) licensing requests

over the last years. Between 2005 and 2009, CTNBio gave licensing for two varieties of soy, eleven varieties of corn and six of cotton. There seems to be little doubt that the commission will continue this trend and approve the rice, except for one thing: this time there is a generalized opposition to the rice from various sectors.

Opponents include researchers, consumer groups, environmental groups, and even groups that have traditionally been pro-transgenic, such as Embrapa (Brazilian Agricultural Research Company, a public entity which has supported GMOs), Farsul (Agricultural Federation of Rio Grande do Sul), and Federarroz (Federation of Rice Grower Associations of Rio Grande do Sul).

According to Embrapa and Southern rice farmers, the major threat of Bayer's rice is the possible transference of a genetic mutation of red rice, which is considered the most invasive plant of irrigated rice farming. With contamination, this plant, which already causes damages to productivity and quality of the rice in areas which are highly infested, will become resistant to chemical control.

In other words, according to Embrapa, if transgenic rice is licensed, it will be a threat to food security, capable of contaminating other varieties of rice in the country.

Thus, if researchers (concerned with scientific evaluations), producers (concerned with economic questions), and consumers (concerned with what they eat - Greenpeace has already gathered 20,000 signatures against the transgenic rice) are opposed to the proposal, then one could ask the question, To whom is the CTNBio catering if it votes in favor of Bayer's rice?

Perhaps it would be imprudent to suggest that the sales of multinational transgenic companies is related to the licensing of GMOs in Brazil. But the fact is, according to Exame magazine, Monsanto, which has had nine varieties of GMOs approved, earned in sales US\$ 783.9 million in 2006, US\$ 899.2 million in 2007, and US\$ 954.8 million in 2008.

According to the Law of Biosecurity, the commission, created in 2005, was to "give technical and consultative support to the federal government in formulating, updating, and implementing the National Policy of Biosecurity, relative to GMOs, such as the establishment of technical norms and technical partners in regard to the protection of human health.

"Such protection also extended to other organisms and the environment, and activities which involve the construction, experimentation, farming, manipulation, transportation, commercialization, stocking, consuming, licensing and disposal of GMOs and their derivatives."

In order for a GMO to obtain commercial licensing, fourteen of the 27 members of the commission must approve the product.

According to entities of civil society who have watched over the work of CTNBio, many of the technical analyses in the processes of licensing GMOs have lacked scientific rigor and have not followed the principles of caution as outlined in the Protocol of Cartagena regarding Biosecurity. In addition these processes have lacked research on national soil that proves the security of the commercial planting of the varieties that were licensed.

On the contrary, a strong characteristic of the majority of the commission's members is that they favor GMO technology. In 2003, eight of the current members of CTNBio wrote an open letter in which they affirmed that "Brazil cannot let go of transgenic technology" as it is "essential for sustainability and keeps agribusiness and small family farms competitive, and brings innumerable social and economic benefits to the country."

Among current members, there are various who have or have had some personal relation with biotech companies or with the pro-transgenic lobby groups of Basf, Bayer, Cargill, Dow, Dupont, Monsanto, Pioneer, Syngenta, and others.

Regarding observance of adequate scientific criteria in the process of licensing GMOs, or in the establishment of security norms for protection against contamination of non-transgenic fields by GMOs, CTNBio has been repeatedly challenged by diverse institutions.

In 2007, the licensing of Bayer's transgenic corn Liberty Link and Monsanto's MON 810 (outlawed in France,

Austria, Greece, Luxemburg, Hungary, Italy, Poland and Germany) was questioned by Anvisa (National Sanitation Agency) and Ibama (Brazilian Institute for the Environment and Natural Resources).

Both entities pointed out errors in the technical reports which were fundamental in the licensing. In the case of Bayer's corn, Anvisa pointed out the insufficient data around proof of the security of transgenic corn for human consumption.

According to Ibama, CTNBio ignored the inexistence of environmental impact studies and an analysis of risk. The Minister of the Environment also pointed out the absence of "studies or literature which prove the absence of environment damage, something alone which should have impeded the licensing."

Shortly after these charges were made, entities filed a civil suit which forced the Justice Department to demand of CTNBio the creation of norms which would in theory protect non-GMO corn fields from contamination. In this case, minimal distances were established to protect non-GMO corn fields from transgenic corn - 20 to 100 meters depending on different types of barriers.

But over the past three years, various entities have reported the contamination of non-GMO corn fields. The Department of Inspection and Agriculture Defense officially confirmed these accusations in 2009, proving that the CTNBio's norms are inadequate.

"The preliminary reports indicate that under the present norms it is impossible to secure the coexistence of GMO fields, conventional fields, and organic fields, as at the present moment all areas monitored show cross-pollination at a distance much greater than the current norm provides," affirmed the Secretary of Agriculture.

Given this information, at the end of October 2009, various organizations of civil society promoted a civil law suit that ask for the suspension of the licensing for commercially planted transgenic corn until an adequate norm can be established. The suit currently is awaiting a decision from a judge in Paraná.

In response to this issue, a representative of the Science and Technology Ministry, Luiz Antonio Barreto de Castro, acknowledged the contamination of non-GMO corn, but stated, "the norms of CTNBio were established taking into consideration that not always would the contamination result in damage for the farmers who produce varieties called heirlooms...even if contamination occurs, it will be to the advantage of the farmer."

But contrary to Castro's assertion, damages caused by contamination from GMO fields are recurrent in Brazil and in the rest of the world. In 2004, for example, Eco Brazil Organics Ltda in the state of Paraná had its production paralyzed after their fields were contaminated - three million dollars worth of damage.

In 2006, Bayer's experimental fields for transgenic rice contaminated conventional fields and caused damages of one billion dollars around the world, according to a report issued by Greenpeace International.

CTNBio's generosity towards transgenic has already had its collateral effects. Biotech companies originally argued that their technology would mean less use of chemicals and pesticides. Yet one study shows that the use of herbicides on soy, for example, has actually increased.

In 2004, 129.6 thousand tons of herbicides were poured into soy fields. In 2008 the volume was raised to 192 thousand tons. It is important to remember here that Brazil has become the biggest world consumer of agricultural chemicals, using nearly 673,890 tons per year. The collateral effects of this: 6.3 thousand cases of human intoxication in 2007 resulting in 162 deaths.

Source: Written by Verena Glass. Who Is Brazil Catering to in Approving Bayer's New Controversial Rice? Website of [brazzilmag.com](http://www.brazzilmag.com). Brasilia, feb. 2010. Available on: <http://www.brazzil.com/component/content/article/215-february-2010/10350-who-is-brazil-catering-to-in-approving-bayers-new-controversial-rice.html>

---

Contato

**Brito & Sukiennik - Advogados Associados**

[www.advogadosdomercosul.com](http://www.advogadosdomercosul.com)

[www.abogadosdelmercosur.com](http://www.abogadosdelmercosur.com)

[www.mercosurlawyers.com](http://www.mercosurlawyers.com)

SEPS 707/907 Bl "E" sl 410  
Ed San Marino - Asa Sul  
70390-078 Brasília - DF-Brasil

Tel: +55 61 3242-8933

Este correio eletrônico foi enviado porque julgamos que os assuntos nele tratados são de seu interesse. Caso você não queira receber outras mensagens com notícias, por favor, envie, por meio de seu endereço de e-mail, uma mensagem com assunto "REMOVER" para o remetente.

---